XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

MULHERES, AGROECOLOGIA E JUSTIÇA AMBIENTAL: CARTOGRAFANDO HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA EM TERRITÓRIOS QUE ENFRENTAM CONFLITOS AMBIENTAIS

Luana Carolina Braz de Lima
luanacarolinabraz@gmail.com
Universidade Federal do Ceará
Brasil

Andréa Machado Camurça
andreamcufc@gmail.com
Universidade Federal do Ceará
Brasil

Mayara Melo Rocha
mayaramelorocha@gmail.com
Universidade Federal do Ceará
Brasil

Maiana Maia Teixeira
maiana.mteixeira@gmail.com
Universidade Federal do Ceará
Brasil

Lígia Alves Viana
ligiaviana@gmail.com
Universidade Federal do Ceará
Brasil

RESUMO

O sistema capitalista tem como aspecto estruturante a expropriação dos territórios e a degradação ambiental para atender ao modo de produção e consumo que o caracteriza. Em nome do crescimento econômico, destinam-se os impactos ambientais para as populações e grupos sociais mais vulnerabilizados. Aliado a esse cenário, tem-se a ideologia patriarcal que continua mantendo o trabalho das mulheres invisibilizados e sem reconhecimento social e econômico. Nesse contexto, emergiu a proposta de mapear, por meio da metodologia da cartografia social feminista, as experiências de luta e resistência vividas pelas mulheres em territórios que enfrentam conflitos ambientais no Ceará e no Rio Grande do Norte, nordeste do Brasil. A cartografia foi desenvolvida no âmbito do curso de extensão intitulado "Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental", realizando pelo Núcleo REEAJA – Núcleo de Reflexões, Estudos e Experiências em Agroecologia e Justiça Ambiental, da Universidade Federal do Ceará, entre novembro e dezembro de 2016. O curso se concretizou enquanto um espaço para o intercâmbio de experiências, a troca de saberes e aprendizagens, entre 50 mulheres de diversos territórios e movimentos feministas e de mulheres do Estado do Ceará e do Rio Grande do Norte. Desse modo, o presente trabalho se debruça sobre a experiência de construção da cartografia social tecida pelas mulheres, revelando os conflitos e as resistências em seus territórios, utilizando a análise do discurso enquanto método de análise. Na cartografia, as mulheres indicam que vivenciam conflitos ambientais ocasionados por grandes projetos de desenvolvimento, tais como: o agronegócio, a carcinicultura, a mineração, os empreendimentos turísticos e a produção de energia eólica. Apesar deste contexto, as mulheres revelam que a luta contra as injustiças ambientais acontecem através do trabalho cotidiano na produção da horta e quintal, na participação em redes (agroecologia, economia solidária e economia feminista) e no enfrentamento ao patriarcado e ao machismo. Durante a cartografia, as mulheres apontaram desafios relacionados à garantia da autonomia produtiva, ao protagonismo nas lutas por uma divisão justa do trabalho doméstico, na saúde das mulheres, no direito a expressar sua sexualidade e na garantia de seus direitos reprodutivos. Concluímos que a expansão dos grandes projetos de desenvolvimento tem provocado transformações territoriais através de processos de violação de direitos, inviabilização do modo de vida das comunidades, gerando problemas sociais e

de saúde às populações do campo, especialmente às mulheres. Estas, por sua vez, reconhecem nas suas práticas oportunidades de transformação social e lutam pelo direito a terra e ao território, pelo direito a água, a saúde e também pela dignidade humana. São mulheres que se constroem como sujeitas da transformação e em transformação, tendo em suas práticas cotidianas elementos que configuram resistência e afirmação do modo de vida.

ABSTRACT

The capitalist system has as its structuring aspect the expropriation of the territories and the environmental degradation to the mode of production and consumption that characterizes it. In the name of economic growth, environmental impacts are targeted on the most vulnerable populations and social groups. Allied to this scenario, we have the patriarchal ideology that continues to keep women's work invisible and without social and economic recognition. In this context, emerges the proposal to map, through the methodology of feminist social cartography, experiences of struggle and resistance experienced by women in territories facing environmental conflicts in Ceará and Rio Grande do Norte, northeastern Brazil. The cartography was developed in the context of the extension course entitled "Agroecology, Health and Environmental Justice", carried out by the Nucleus REEAJA - Nucleus of Reflections, Studies and Experiences in Agroecology and Environmental Justice, of the Federal University of Ceará, between November and December 2016. The course took place as a space of exchange of experiences, of knowledge and learnings, among 50 women from different territories and feminist and women's movements from the States of Ceará and Rio Grande do Norte. That way, the present work focuses on the experience of building social cartography made by women, revealing the conflicts and resistances in their territories, using discourse analysis as a method of analysis. In the cartography, women indicate that they experience environmental conflicts caused by large development projects, such as: agribusiness, shrimp farming, mining, tourist developments and wind energy production. Despite this context, women reveal that the fight against environmental injustices happens through daily work in the production of gardens and yards, participation in networks (agroecology, solidarity economy and feminist

economics) and in confronting patriarchy and machismo. During cartography, women pointed to challenges related to guaranteeing productive autonomy, protagonism in the struggle for a fair division of domestic work, women's health, the right to express their sexuality and to guarantee their reproductive rights. We conclude that the expansion of large development projects has provoked territorial transformations through processes of violation of rights, blocking the way of life of the communities, generating social and health problems for rural populations, especially women. These, in turn, recognize in their practices opportunities for social transformation and fight for the right to land and territory, for the right to water, health and also for human dignity. They are women who build themselves as subjects of transformation and transformation, having in their daily practices elements that configure resistance and affirmation of the way of life.

Palavras-chave:
Mulheres; Cartografia; Justiça Ambiental

Keywords:
Women; Cartography ; Environmental Justice

1. INTRODUÇÃO

A expansão dos grandes projetos de desenvolvimento relacionados ao agronegócio, à mineração, aos empreendimentos energéticos e à especulação imobiliária ocorrem essencialmente com aprofundamento da desigualdade ambiental (ASCERALD et al, 2012), que inviabiliza os modos de vida de comunidades historicamente vulnerabilizadas como agricultoras(es), quilombolas, pescadoras(es), marisqueiras, indígenas e populações da periferia das cidades.

No Estado do Ceará, a intensificação dos programas de desenvolvimento e as estratégias políticas de atração de investidores para implantação de grandes empreendimentos tem gerado conflitos e injustiças ambientais com inúmeras situações de ameaças às comunidades do sertão, da serra e do mar; da cidade e do campo (RIGOTTO, 2016). Este avanço tem gerado uma diversidade de problemas sociais, conflitos ambientais e territoriais. As dinâmicas sociais dos territórios se dão pelos empreendimentos, as mulheres em seu cotidiano ainda enfrentam as desigualdades de gênero, divisão injusta do trabalho doméstico, violência gerada por seus companheiros, entre outras desigualdades. Entretanto, há processos de resistência que são protagonizados por mulheres em suas práticas cotidianas através de experiências agroecológicas, nos quintais produtivos, na pesca, na mariscagem, na luta contra o machismo e a violência.

Neste contexto, emergiu a proposta de mapear, por meio da metodologia da cartografia social feminista, as experiências de luta e resistência vividas pelas mulheres em territórios que enfrentam conflitos ambientais no Ceará e no Rio Grande do Norte, nordeste do Brasil. A cartografia foi desenvolvida no âmbito do curso de extensão intitulado “Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental”, realizando pelo Núcleo REEAJA – Núcleo de Reflexões, Estudos e Experiências em Agroecologia e Justiça Ambiental, da Universidade Federal do Ceará, entre novembro e dezembro de 2016. Desse modo, o presente trabalho se debruça sobre a experiência de construção da cartografia social tecida pelas mulheres, revelando os conflitos e as resistências em seus territórios, utilizando a análise do discurso enquanto método de análise. O curso se concretizou enquanto um espaço para o intercâm-

bio de experiências, a troca de saberes e aprendizagens, entre 50 mulheres de diversos territórios e movimentos feministas do Estado do Ceará e do Rio Grande do Norte, Brasil.

Na cartografia, as mulheres indicam que vivenciam conflitos ambientais ocasionados por grandes projetos de desenvolvimento, tais como: o agronegócio, a carcinicultura, a mineração, os empreendimentos turísticos e a produção de energia eólica. Apesar deste contexto, as mulheres revelam que a luta contra as injustiças ambientais acontecem através do trabalho cotidiano na produção da horta e quintal, na participação em redes (agroecologia, economia solidária e economia feminista) e no enfrentamento ao patriarcado e ao machismo. São mulheres que se constroem como sujeitas da transformação e em transformação, tendo em suas práticas cotidianas elementos que configuram resistência e afirmação do modo de vida. Nesta investigação, nos debruçamos sobre o trabalho de cartografia do território realizado por mulheres do território e técnicas de ATER, é um trabalho em curso.

2. PROBLEMATIZANDO A CARTOGRAFIA: FAZER APARECER O QUE DIZEM SER INVISIVEL

A cartografia social feminista, metodologia utilizada no curso "Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental", surge como ação política para mapear conflitos e resistências nos territórios ameaçados por empreendimentos de modernização e desenvolvimento no âmbito capitalista. Tal metodologia foi um processo de sistematização de conhecimentos e experiências. A concepção da cartografia social feminista é de que cartografar é algo próprio do dia a dia, das práticas cotidianas. É importante mencionar as contribuições de Boaventura dos Santos (2010) a fim de propor outra racionalidade da ciência, não um descarte da ciência moderna, mas um diálogo de saberes entre os conhecimentos científicos e a diversidade de saberes construídos com base na experiência.

Nossa proposta parte da necessidade de rever a relação sujeito-objeto para uma relação sujeito-sujeito (FREIRE, 2011). Para tanto, é preciso buscar uma unidade entre teoria e prática, tendo como necessidade partir da realidade concreta da vida cotidiana, contextualizando a dimensão sócio-histórica, os processos, as estruturas, as organizações e os diferentes sujeitos implicados no problema de pesquisa, o que chamamos de Pedagogia do Território (RIGOTTO, R., ROCHA, M.

2015). É importante reiterar o compromisso social, político e dialógico com as comunidades na produção do saber, que esta ecologia de saberes além de fomentar o conhecimento e inovação na universidade, também fortalece a autonomia dos sujeitos na gestão do conhecimento.

Tendo sido os mapas estratégias do Estado para exercício de sua soberania, buscamos com o curso assinalar o potencial emancipatório daquilo que Henri Acselrad (2015) chama de "cartografia feita pelos "de baixo" (p.12). Os mapas tradicionais, vestidos de seu poder, sobretudo, simbólico, inscrevem neles o que existe e o que não existe nos territórios, sem compromisso com a realidade, são instrumentos de poder. Cartografia social é inverter esta lógica, é falar que o espaço não está vazio, que há comunidades, que há uma série de lutas e resistências cravadas nesses territórios.

Diante do exposto, entendemos que o discurso permeado por disputas representa uma forma de poder (FOUCAULT, 1996), assim, a produção de mapas se insere nesta relação de controle, seleção, organização e redistribuição, a fim de "esquivar sua pesada e temível materialidade" (FOUCAULT, 1996, p.08-09). Contudo, Henri Acselrad chama atenção para os efeitos colaterais não intencionais do mapa, isto porque estes estão em movimento e sua produção faz com que perca parte de sua intencionalidade inicial.

3. A CONSTRUÇÃO DO MAPA

A construção do mapa dos territórios foi coletiva, envolveu estudantes, marisqueiras, horticulturas, assentadas, quilombolas, mães, extrativistas, feirantes, avós, donas de casa, agriculturas de sequeiro, professoras, artesãs, cooperativistas, feministas, técnicas de extensão rural, camponesas, sem-terras, entre os diversos papeis ocupados pelas mulheres participantes do curso.

Dividido em dois módulos, o curso cenário desta construção aconteceu na capital do Estado do Ceará. A cidade de Fortaleza reuniu mulheres dos territórios do Sertão Central, da Serra da Ibiapaba, da Zona Costeira e da Chapada do Apodi - Ceará e Rio Grande do Norte, além de Fortaleza. Estas mulheres integram organizações e movimentos sociais e governamentais tais como Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra/MST, Movimento Ibiapabano de Mulheres/MIM, Instituto Terramar, Instituto Inegra, Centro de Estudos e Trabalho de Assessoria ao

Trabalhador/CETRA, Centro de Pesquisa e Assessoria/ESPLAR, Experiências e Pesquisas em Agroecologia/ NEEPA/PRA/UFC.

O primeiro módulo do curso foi um momento de formação, discutiu-se sobre história e elementos da cartografia social, feminismo, políticas públicas, soberania alimentar, território e conflitos ambientais. Este módulo aconteceu na cidade de Fortaleza e no Assentamento Maceió, no município de Itapipoca. Já o segundo módulo aconteceu na Comunidade da Volta, no município do Aracati.

Entre os dois módulos, ficou acordado o "Tempo Comunidade", este foi o momento de resgate das memórias da comunidade, das educandas do curso retornarem aos seus territórios e a partir da experiência do curso pensar a sua comunidade junto daqueles e daquelas que a compõem. O segundo módulo foi o momento de confecção do mapa, que foi trabalhado em duas escalas: o mapa na escala território e o mapa na escala geral, compreendendo o Estado do Ceará e a parcela do Apodi no Rio Grande do Norte.

A primeira atividade foi momento de compartilhar as riquezas de cada território, inclusive materialmente falando, pois cada comunidade trouxe algo que simbolizasse o seu território. Entre os elementos que foram compartilhados, estavam alimentos como a castanha, o coco, a tapioca, o bolo de goma, adereços de rituais/festas como a máscara do reisado, matérias primas do trabalho, como a folha da carnaúba, além de artesanatos.

As mulheres se organizaram por território: as comunidades que compreendiam uma região se reuniam para a construção do mapa na escala de região. Estes mapas compuseram o mapa geral em suas questões comuns. Neste mapa dos territórios por região se fez detalhar o que é a vida das mulheres, quais os costumes, os cultivos, como cultivam, o quê cultivam e produzem, suas festas, a economia local, igrejas, rios, lagos, vegetação, casas de farinha, hospitais, praças etc., um mapa que detalhou a vida das mulheres em suas comunidades.

Uma das etapas da confecção do mapa foi a construção do símbolo do território, a ideia foi que esse símbolo mostrasse a especificidade de cada território, bem como a diversidade destes no mapa. Assim, o símbolo foi construído pelas mulheres de cada território para que, ao acessar o ma-

pa macro, pudesse ser acessado o mapa do território a partir do símbolo. Estes símbolos detalharam o que havia de mais marcante nas comunidades a partir do ponto de vista destas mulheres, em todos eles os cultivos das mulheres apareceram como marca.

Para chegar ao comum do mapa dos territórios ao mapa na escala maior, foi usada a metodologia de mapa mental: ia se anotando os marcadores da apresentação de cada território e, a partir disto, questões iguais postas com nomes diferentes formaram unidades, e questões postas juntas mas que, por sua relevância, o grupo acreditou ser importante destacar separadamente, foram separadas. Então se chegou a um consenso de quais seriam os marcadores que iriam compor o mapa geral, estes foram: Auto-cuidado; Organização Política das Mulheres; Trabalho Produtivo; Cultura Camponesa; Articulações, Redes e Movimentos Sociais; Comunidades Tradicionais; Agroecologia; Economia Solidária Feminista e Agroecológica; Luta das Mulheres em Defesa dos Território e da Justiça Ambiental.

4. A LUTA DAS MULHERES CONTRA O PATRIARCADO E CONTRA A INJUSTIÇA AMBIENTAL

O tema escolhido para o mapa macro foi “Resistência Feminista das Mulheres”, esta foi a forma escolhida pelas mulheres para mostrar como estão enfrentando as ameaças às suas vidas, como a ameaça que se coloca com o patriarcado, do qual é fruto este imaginário da mulher a serviço do homem e da família e também ameaça aos seus territórios, que inviabiliza suas vidas. Foi fundamental para a escolha do tema a pergunta “o que nos une?”, pois a partir dela se chegou à conclusão de que o que une as mulheres em seus diversos territórios é a resistência e a luta.

Os mapas se modificam de acordo com os interesses e com as disputas, se a produção de mapas está ligada a conquista de territórios e eles são geralmente produzidos por técnicos especializados para cumprir interesses de instituições públicas e privadas, a construção deste mapa por mulheres das próprias comunidades inverte esta lógica. Para realizaristo, fizemos o mapeamento dos conflitos ambientais, entre os quais estão: Agronegócio (Fruticultura Irrigada); Carcinicultura; Complexos Industriais e Portuários; Desapropriação Fundiária; Disputa Hídrica; Empreendimento Energéticos (Torres Eólicas); Especulação Imobiliária; Exploração do Trabalho; Mineração.

Zhouri explica que as injustiças ambientais:

> Além das peculiaridades do contexto nacional, contudo, faz-se necessário compreender essa dinâmica conflituosa do ponto de vista da inserção do país na economia mundial e nos ideais de governança global em vigor. Assim, entendemos que o desafio da governança ambiental para uma sociedade sustentável, além das peculiaridades locais, remete a um movimento mais global da história com repercussões muito particulares nos contextos locais, quais sejam, a perpetuação da injustiça ambiental, o desrespeito à diversidade cultural e uma crise da democracia, para além da expropriação dos recursos naturais em si. (ZHOURI, 2008, p. 98).

Chamando de *mundialização dos processos produtivos*, Carvalho (2001) chama atenção para a afirmação de um novo padrão produtivo que se apropria da revolução técnico-científica para efetivar mudanças sobre como se produz, sobre as formas de gerir a produção e os trabalhadores que a produzem. Penso que a *mundialização* que domina a economia mundial atravessa os modos culturais de trabalho e de modos de vida dos territórios impactados por conflitos ambientais oriundos dos processos de injustiça ambiental.

Neste contexto, chamado de globalização, a compreensão de espaço-tempo se transforma, Giddens (1994, p.10) afirma que a "globalização não é só a criação de um sistema de larga escala, mas é, também, a transformação dos contextos da experiência social". Se nas sociedades pré-modernas os eventos se restringiam aos locais em que emergiam, neste advento os espaços *locais* passam a estar ligados a acontecimentos em espaços distantes, deste modo se confundem as transformações das relações sociais de âmbito local com as estabelecidas no âmbito global. (GIDDENS, 1990)

Podemos, a partir das experiências dos territórios, analisar a globalização da economia por uma ótica crítica, entender como a relação do global e do local têm adquirido novas roupagens, estimulados pela difundida ideia de "desenvolvimento". Temos ilustrado a fluidez das empresas de porte global e também nacional, a *hipermobilidade de capital* (Harvey, 1996). Por este conceito se compreende a transcedentalização dos espaços específicos, ou seja, as corporações, na era global, podem mover sua base operacional para além de fronteiras regionais ou nacionais, agindo com rapidez e facilidades. Bonanno (2004) indica a evidência de sua heterogeneidade, tanto devido às formas que pode tomar (como a reorganização das cadeias de produção de mercadoria) como pelos desdobramentos dos *locais*, que podem organizar suas resistências às estratégias das corporações.

Em vista disto, configuram-se as resistências como a economia solidária e feminista; os quintais agroecológicos; as feiras auto-organizadas pelas produtoras e produtores; as cooperativas, que gerem e organizam a produção, facilitando o acesso a equipamentos e forjando o trabalho coletivo; a soberania alimentar, garantindo o controle e gestão da sua vida alimentar e da produção justa e em harmonia com o meio; a juventude organizada, que garante a permanência de culturas no campo, ressignificando e se criando novos atores sociais; os sindicatos, mesmo que ainda haja as dificuldades a serem enfrentadas de mulheres ocuparem espaços que lhe são negados por reprodução social; e os movimentos sociais como o MST (Movimento Sem Terra), Via Campesina, Marcha Mundial de Mulheres, MAN (Movimento Anti-Mineração). Estas são as táticas presentes e cartografadas pelas mulheres em seu território, entendendo por táticas a ação possível que as fissuras do poder revelam (CERTEAU, 1994). Em meio a transformações, as sujeitas de seus territórios criam táticas para lidar com os mecanismos de controle postos por um modo de produção que se coloca como hegemônico.

Os grandes projetos de desenvolvimento podem ser considerados “territórios de sacrifícios humanos” (CRUZ, 2017 apud PÉREZ, 2017, p.17), mas a partir das práticas de fissura, que muitas vezes são reafirmações de seus modos de vida, como são descritas e simbolizadas no mapa, podemos perceber que as mulheres constroem redes e resistências, protagonizam lutas em defesa do território e pelo seu direito a seus modos de vida e a políticas de assistência à produção.

Aliado ao cenário de conflitos ambientais, as mulheres enfrentam a injusta divisão do trabalho, um dos pontos fundamentais discutidos ao longo da produção do mapa foi o lugar das mulheres no processo produtivo. As discussões em relação a esta questão pautaram como o espaço público é posto como lugar natural masculino e o espaço privado e todos os trabalhos considerados dessa esfera próprios do universo feminino. Nesta realidade o trabalho executado por homens é visto como mais importante e mais digno de valor do que o trabalho executado pelas mulheres.

Na realidade das mulheres camponesas, por exemplo, ainda há a associação direta do seu trabalho de produção com o trabalho doméstico, tomemos como exemplo o trabalho no entorno da casa ou mesmo no roçado: é um trabalho visto como uma extensão da casa. Cuidar das plantas, alimentar caprinos, suínos e aves, fazer coleta de frutas são exemplos de trabalhos produtivos que

não são vistos como produtivos, não é incomum escutar a fala “não, eu não trabalho, eu só fico em casa”, quando se tem uma jornada intensiva.

E o próprio trabalho doméstico é também naturalizado como um serviço das mulheres, então além do trabalho produtivo, são as mulheres que realizam estas tarefas, a injusta divisão sexual do trabalho reflete sobre o cotidiano e toda a forma de vida das mulheres em seus territórios, dificultando o acesso dessas mulheres a participar de reuniões e ocupar espaços de representatividade.

5. CONCLUSÃO

A cartografia social nos ajudou a identificar grupos de resistências de mulheres, onde estão, como se organizam, quais enfrentamentos fazem. A expansão dos grandes projetos de desenvolvimento tem provocado transformações territoriais através de processos de violação de direitos, inviabilização do modo de vida das comunidades, gerando problemas sociais e de saúde às populações do campo e da cidade, especialmente às mulheres. Estas, por sua vez, reconhecem nas suas práticas oportunidades de transformação social, essas mulheres lutam pelo direito a terra, pelo direito a água e também pela dignidade humana e principalmente pelo reconhecimento de suas lutas cotidianas. São mulheres que se constroem como sujeitas da transformação e em transformação, tendo em suas práticas cotidianas elementos que configuram resistência e afirmação do modo de vida.

REFERÊNCIAS:

ACSERALD, H. Introdução: O Debate sobre cartografia e processos de territorialização – anotações de leitura. In: ASSERALD, H. GUEDES. A, MAIA, L. **Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território**: um guia de leituras. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2015.

_____, H., ALMEIDA, A.W; BERMANN, C., BRANDÃO, C. A., CARNEIRO, J.; LEROY, P.; LISBOA,M., MEIRELES, A.J.A., MELLO, C.; MILANEZ, B.; NOVOA, L.F.; O´DWYER, E.D.; RIGOTTO, R.M; JUNIOR, H.A.S.; VAINER, C. B, ZHOURI, A. **Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental?**, *e-cadernos ces*, 17 | 2012. Disponível em URL : https://eces.revues.org/1138.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org**.). Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. 637 p

CARVALHO, A. **"Globalização" em questão: subsídios para análise do mundo que vivemos**. In: As Tramas da (In)Sustentabilidade: Trabalho, Meio Ambiente e Saúde no Ceará. Fortaleza: INESP, 2001 Capítulo 1, p. 13-30

CERTEAU, M.. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CRUZ, V. Prefácio. In: PÉREZ, M. **Re-existências sociais pela vida: camponesas e camponeses do que hoje é Suape (Brasil) e das Zonas de Reserva Camponesas (Colômbia)**. Curitiba:CRV, 2017.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

_____, A. **Admirável Mundo Novo:** o novo contexto da política. Cad. CRH., Salvador, n.21. p.9-28, jul./dez. l994.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural . 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

BONANNO, A. A globalização da Economia e da Sociedade: Fordismo e Pós-fordismo no setor agroalimentar. In: CAVALCANTI, Josefa. **Globalização, trabalho, meio ambiente. Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2004.

RIGOTTO R. M.; ROCHA, M. M.; SILVA, M.L.V.; CAMURÇA, A. M. (Orgs). **Mulheres em diálogo:** saberes e experiências sobre o trabalho, ambiente e saúde na Chapada do Apodi – Ceará**.** Fortaleza: Núcleo Tramas – Trabalho, Ambiente e Saúde, UFC, 2016.

_____, R; ROCHA, M. **Da crítica à ciência moderna à construção de novas práxis acadêmicas:** a Pedagogia do Território e a Ecologia de Saberes. In: International Colloquium Epistemologies of the South, 2014. Coimbra.